

## DIGNIDADE PARA HABITAR EM SALVADOR: UMA VELHA QUESTÃO QUE MERECE (NOVAS) SOLUÇÕES

Ednilson Luiz Santana Menezes\*

**RESUMO:** *Partindo-se da histórica exclusão social da população de baixa renda de Salvador, explicitada no tecido urbano, e reforçada pela herança cultural, particularmente das elites locais, pretende-se discutir neste artigo esta grave e crescente problemática, direcionando-se o olhar para a questão das péssimas condições de habitabilidade dos mais carentes. Como contribuição, para eliminar gradativamente esta questão, sugere-se uma metodologia - participativa e sistêmica - de intervenção urbana em áreas degradadas no Brasil, que vem sendo aplicada em casos bem sucedidos, ainda que com alguns obstáculos. Nesta Cidade, aponta-se o exemplo do AISAM – Avaliação das Ações de Saneamento Ambiental em Áreas Pauperizadas de Salvador, na baixa do Camurujipe, e se discorre sobre o “Ribeira Azul”, o qual vem sendo levado adiante pela CONDER na região periférica, em Novos Alagados. Ainda, apresenta-se o Projeto de pesquisa REFAVELA que, em fase inicial, tem avaliado, concomitantemente, aquelas metodologias de intervenção em quatro capitais – Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O Ribeira Azul, no âmbito do REFAVELA, tem sido objeto de estudo pela Universidade Católica do Salvador – UCSal, cuja contribuição principal, junto aos demais membros da rede de pesquisa, é participar da elaboração do Manual para Qualificação de Assentamentos Urbanos Degradados que, ao final, servirá de base para novas intervenções urbanas em áreas degradadas deste País. Este Manual, por sua vez, identificará, para cada uma das áreas trabalhadas, um Indicador de Salubridade Ambiental de Favela – ISA/F, cuja metodologia de cálculo servirá de modelo para diagnóstico de outros espaços congêneres.*

**Palavras-chave:** Urbanização; Favela; Habitação.

### CONTEXTO HISTÓRICO

Pensar em habitação para a população de baixa renda em Salvador, a exemplo de outras tantas cidades por este Brasil afora, é algo que ainda tira o sono de muita gente, particularmente daquelas que buscam um lugar ao Sol nesta nossa sociedade consumista em que pessoas vivem desprovidas de sentido de dignidade e, mais ainda, de expectativa de se apropriarem dos princípios básicos da “civildade”.

Salvador possui em torno de dois milhões e seiscentos mil habitantes dos quais cerca de 60 % adquirem suas habitações por autoconstrução e 70% vivem em condições precárias, utilizando 32% da área desta capital. Faltam, segundo dados recentes, 100 mil casas das quais 80% referem-se aos estratos mais baixos. 1,12% do orçamento municipal (R\$ 9.370.000,00) de Salvador, para 2005, está destinado à habitação (FUNKE, 20053).

Historicamente, a escassez de terras urbanas em Salvador disponíveis para loteamentos com fins de habitação popular, deve-se ao controle das elites que, gradativamente, foram se apropriando das porções que melhor atendessem aos seus interesses, reservando aos de mais baixa renda, ou renda nenhuma, as parte íngremes, de baixadas (vales), alagadiças, distantes do

---

\* Mestre, Pesquisador do Projeto Refavela (FINEP/CONDER/Escola de Engenharia da Universidade Católica do Salvador – UCSal); E-mail: [edniluiz@yahoo.com.br](mailto:edniluiz@yahoo.com.br). Coordenador e Orientador do Projeto: Marcos Jorge Almeida Santana, Professor Doutor da Escola de Engenharia / UCSal; E-mail: [marjoras@ucsal.br](mailto:marjoras@ucsal.br).

centro ou inóspitas. Ao final do século XIX, quando, por força da conjuntura internacional, os centros urbanos se modernizavam – via higienização, abertura de ruas e avenidas, de parques e jardins e construção de casas mais amplas e arejadas – Salvador seguiu a mesma tônica. As elites, sempre elas, buscando mais espaços para construir habitações para si, que fossem mais salubres e as distinguíssem do restante da população, aos poucos se afastam do núcleo central da Cidade, em direção à região Sul - Vitória e Barra -, ao tempo em que fomentavam a expulsão dos mais pobres para o lado oposto da cidade.

Podemos aceitar que, na base deste secular processo de exclusão dos mais pobres, explicitamente caracterizador de uma postura de indignidade social, encontra-se o histórico sistema econômico calcado no individualismo, na competição desenfreada, na obsessão pela distinção no meio em que se vive, o que faz lembrar a constatação, no século XVIII, de Antonil, padre e historiador, de que aqui na Bahia a cultura elitista prima pela prática do “ser servido”, em vários sentidos.

Nesta linha de pensamento, continuam bastante atuais para o Brasil, e particularmente para a Bahia, os trabalhos do sociólogo alemão Max Weber nos quais se enfatiza que, entre algumas sociedades, o carisma de certos líderes, que exercem autoridade sobre a maioria, é reforçado pelo clientelismo, nepotismo, personalismo e autoritarismo, o que na prática da coisa pública acaba por perpetuar o patrimonialismo, obstar posturas democráticas a exemplo da aplicabilidade da burocracia com a participação mais livre da sociedade em geral.<sup>1</sup>

Espera-se que, nos tempos atuais, a revisão destas práticas antigas possa promover posturas diferentes das lideranças políticas as quais, normalmente quando ascendem a posições de mando, tendem, por exemplo, a esquecer contribuições de antecessores simplesmente por não serem de sua autoria.

Em 1940, com a instalação do processo industrial se acelerando no país e o aumento das taxas demográficas, ocorre a primeira invasão<sup>2</sup> - Corta Braço - em Salvador, na região do atual bairro Pero Vaz. De lá pra cá, este processo que evidencia, no tecido urbano, a exclusão social de boa parte da população, não parou de crescer. Daquele período até os anos 70 do século passado, a postura do Estado, seja municipal ou estadual, quando não foi de expulsão dos ocupantes de terra, com o uso da força, foi de adotar a política de relocação dos mesmos para terrenos ou habitações – conjuntos populares – na periferia da Cidade (RIBEIRO e AZEVEDO, 1996; RIBEIRO e LAGO, 1992).

Com os anos 80, sob nova “ordem mundial” e com os ventos democráticos soprando por estas bandas, mudou-se aquela postura de relocação dos ocupantes “indesejáveis”, priorizando-se as intervenções e melhoramentos do espaço construído por aqueles, de forma a manter os ocupantes nos próprios locais adquiridos à revelia da Lei. Há de se considerar, também, que nas últimas décadas Salvador já não mais possuía em sua massa fundiária espaços propícios à implantação dos extensos conjuntos habitacionais.

Com a redução de espaços no tecido urbano de Salvador, percebe-se, nas duas últimas décadas, entre a população de baixa renda, o processo de verticalização nas favelas, processo este reforçado com o aumento das famílias daquela população, até por conta de sobrevivência e solidariedade, fazendo com que a prole não se estenda para tão longe de suas raízes.

<sup>1</sup> Compreensão a partir de Weber, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, UNB, 1972 (Vol. 1. 3ª ed. Cap. III: “Os tipos de dominação”, pp.139-193); Cohn, Gabriel (org.) e Fernandes, Florestan (coord.). Weber. São Paulo, Ed Ática, 1979 (Cap. 5: “Religião e racionalidade econômica”, pp.142-159); Coam, Gabriel (org.). Weber. São Paulo, Edit. Ática, 1979. Wright, Erik Olin. *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981 (Cap. 4: “A burocracia e o estado”, pp. 160-197).

<sup>2</sup> Está sendo usado o termo predominante nos documentos oficiais da época. Atualmente, muitos estudiosos, evitando estimular o processo de discriminação sobre a população de baixa renda, tendem a substituir esta expressão – invasão – por ocupação informal, ou algo similar.

## **A - CONCEPÇÃO SISTÊMICA E PARTICIPATIVA: NOVOS PROJETOS DE INTERVENÇÃO URBANA**

Políticas públicas devem perseguir a otimização dos custos em investimentos em infra-estruturas urbanas. Para isto devem privilegiar intervenções numa concepção sistêmica de projetos urbanos: material e serviços (infra-estruturas) e institucional (municipais, estaduais e federais). (ABIKO, s/d)

Estes projetos de intervenção urbana devem, entre outros, considerar no aspecto econômico a compatibilidade do nível salarial da população beneficiada, de forma a não somente minimizar as taxas de inadimplência que ocorrem no mercado da construção civil, e em especial entre as faixas de mais baixa renda, bem como combater uma cultura, na sociedade em geral, de que investimentos financiados pelo erário público devem, comumente, ser considerados a fundo perdido, tornando por realimentar o déficit financeiro público. Para tanto, deve fazer parte dos programas de governo, federal principalmente, uma política (macro) econômica sustentada que estimule a criação de empregos, sem elevar o processo inflacionário e que vise ao crescimento da produção em vários setores do mercado.

Em programas de renovação/produção do espaço construído, voltados para a população de baixa renda, soluções técnicas viáveis devem normalmente priorizar materiais e serviços simples, de baixo custo, de operacionalidade acessível a um executor de pouca escolaridade, de manutenção racional e periódica, respeitando, obviamente, os critérios de segurança e conforto mínimo, evitando soluções construtivas elitizadas e que não atendam um número maior de consumidores.

Projetos urbanos desta natureza devem conceber a participação de moradores em todas as etapas, desde a elaboração do traçado urbano, ou sua reorientação, até a fase do pós-ocupação em que muitos desajustes técnico-operacionais se manifestam. Esta metodologia construtiva nas intervenções urbanas tende a criar um estado de sinergia entre todos, particularmente entre a população atingida com as instâncias de gestão, nas quais aquela população deve sempre estar inserida. Por via de conseqüentemente, experiências neste sentido têm demonstrado que se eleva o grau de estima da população de baixa renda, tornando-a não somente cúmplice nos acertos e insucessos que por ventura existam - e é certo que estes existem -, assim como a torna mais solidária na manutenção dos equipamentos públicos e do entorno onde estes estão localizados, o que, ao final, tende a impelir, também, o crescimento da qualidade vida desta população.

Todo este processo torna-se uma rica experiência do exercício da busca de (mais) dignidade pelo cidadão e cidadã de baixa renda os quais também devem ser incorporados em programas sociais, particularmente sob os dispêndios do erário público, cujos resultados devem contemplar a melhoria da qualidade de vida de todos.

### **A.1 - Entraves e soluções: legislação fundiária e edificação**

Um importante potencial aliado para os gestores públicos do ordenamento do solo urbano – ocupação e uso – e da população em geral, pode vir a ser o Estatuto da Cidade, de 2001, que obriga os Municípios à elaboração do Plano Diretor, para cidades com mais de 20.000 habitantes que façam parte das Regiões Metropolitanas, ou estejam inseridas em regiões de renomado interesse público – patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, ou ainda, que estejam geograficamente situadas em determinadas paisagens naturais (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR, 2002).

Para combater a especulação imobiliária geralmente incrementada por parte das elites fundiárias urbanas - construtoras e imobiliárias – o Estatuto da Cidade estabelece entre outros<sup>3</sup>, o expediente jurídico-fiscal da Outorga Onerosa do Direito de Construir - Solo Criado - e o da Alteração de Uso. Estes dois mecanismos de controle da retenção/produção do solo urbano, junto àqueles outros, e bem administrados, são capazes de, em mãos de autoridades competentes e voltadas para os interesses sociais da coletividade, inibir a especulação fundiária urbana bem como ampliar o estoque de solo urbano destinado à produção loteamentos populares, de unidades habitacionais, de abertura de vias e de construção de equipamentos públicos que atendam a um maior número de habitantes a custos menores para a sociedade. Outros importantes aliados dos interesses da coletividade, em especial dos cidadãos normalmente menos assistidos, que devem atuar na qualidade de fiscalizadores da coisa pública são a Procuradoria Pública – federal e estadual -, OAB, CREA, IAB, entre demais entidades de classe e órgão públicos que tenham a ver com a construção civil e com o meio ambiente.

Neste contexto, urge fazer uma reflexão a respeito da permanente postura reacionária de parte daquelas elites fundiárias que, mais das vezes, em conluio com agentes públicos nada éticos, tendem a buscar brechas na legislação, ou até mesmo mediante procedimentos espúrios, para obstar a aplicação do que estabelece o Estatuto da Cidade. Estes graves problemas são detectados desde a ocupação/uso do solo até em processos licitatórios viciados dos quais resulta sangria no erário público quando não seguidos da subtração no direito de uma moradia decente - materiais e serviços – pertinentes à população de baixa renda.

Necessário se faz, portanto, que a universidade, a imprensa e demais entidades interessadas, acompanhem de perto todas as etapas de intervenções urbanas, contribuindo para o esclarecimento da sociedade e, desta forma, ajudando a coibir aqueles mecanismos espúrios. As discussões devem ser incessantemente levadas adiante e estimuladas entre todas as instâncias da sociedade de forma a renovar as soluções com base em experiência no âmbito da construção civil. Desta forma, é certo que, ainda que sob a pressão dos obstáculos anteriormente mencionados, o teor da dignidade da população de baixa renda, quanto às condições de sua moradia, tenderá paulatinamente a melhorar e crescer.

## **B - DUAS EXPERIÊNCIAS DE INTERVENÇÕES URBANAS BEM SUCEDIDAS: AISAM E O RIBEIRA AZUL**

Em Salvador, dois exemplos de intervenção urbana que podem ser trazidos aqui para esta reflexão são a experiência do Projeto AISAM - Avaliação das Ações de Saneamento Ambiental em Áreas Pauperizadas de Salvador - que transcorreu entre outubro de 1994 e abril de 1997, na Baixa do Camurujipe (MORAES et alii in ABIKO e ORNSTEIN, 2002, p. 94-129), e a do Projeto Ribeira Azul, na região de Novos Alagados, iniciado em 1996 e que ainda se encontra em andamento (ABIKO et alii, 2003). Ambos os projetos foram implementados com base no enfoque sistêmico e participativo da sociedade local, dentro das premissas que estamos ressaltando neste trabalho a serem aplicadas em intervenções públicas voltadas para a população de baixa renda, em áreas degradadas.

Apesar da escassez de recursos, bastante comum nestas situações, para atender à crescente demanda por melhores condições de habitabilidade, um fator que vale ser ressaltado para o sucesso de ambos os Projetos foi o forte espírito de participação e solidariedade entre os

---

<sup>3</sup> O Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, o IPTU Progressivo no Tempo, a Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública, o Direito de Preempção, Usucapião Coletivo e o Direito de Superfície e o Estudo de Impacto de Vizinhança são questões estruturantes tratadas no Estatuto.

membros da comunidade e os responsáveis institucionais. Desde o início, quando da seleção dos imóveis e logradouros pelos quais se deveriam iniciar as intervenções de melhorias, até a entrega final das habitações reformadas, ou construídas, aos moradores, tudo foi discutido nas assembleias abertas a todos os interessados mais de perto, tanto pelo Projeto AISAM quanto pelo Projeto Ribeira Azul. Foi reforçado o espírito de solidariedade entre os moradores e para isto uma estratégia de mobilização utilizada, além das assembleias populares, foi a de apoiar confraternizações do calendário festivo da comunidade, com a presença, também, de membros das equipes técnicas do Projeto<sup>4</sup>.

Este último Projeto, o Ribeira Azul, por alcançar uma maior abrangência espacial, e ser a base do Projeto de Pesquisa REFAVELA, o qual será comentado mais adiante, torna-se objeto de um pouco mais de reflexão neste artigo.

## **B.1 - O Projeto Ribeira Azul**

Sendo a CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, a responsável pelo Projeto Ribeira Azul, tem nesta incumbência parceria com a Prefeitura Municipal do Salvador, com o Governo Federal, através do Ministério das Cidades, do Projeto Habitar Brasil/BID e da Caixa Econômica Federal, com o Ministério dos Assuntos Exteriores da Itália, com a Cities Alliance, com o Banco Mundial, com a AVSI – Ong italiana que administra, junto com a CONDER, os recursos do Projeto de Apoio Técnico Social, PATS, do Ribeira Azul, e junto com a Comunidade - do Ribeira Azul - através de 5 representantes desta no Comitê Consultivo e através do Grupo dos 50 Representantes da Comunidade.

### **B.1.1 - Aspectos demográficos**

O Ribeira Azul abrange uma área de aproximadamente 4 Km<sup>2</sup> abrigando uma população, das mais carentes de Salvador, de cerca de 135.000 habitantes - 40 mil famílias – o que corresponde a 6% deste Município. Este programa de intervenção urbana em área periférica das mais degradadas da Cidade: Subúrbio Ferroviário, faz parte de um Programa maior, estadual, o Viver Melhor. O custo estimado para o Ribeira Azul é de U\$ 68 milhões, dos quais, U\$ 5 milhões foram doados pelo Ministério dos Assuntos Exteriores da Itália em associação com o Cities Alliance. Convém salientar que, de início, o Projeto Ribeira Azul retirou 2.500 famílias que, antes deste Projeto, moravam em péssimas condições de habitabilidade em palafitas nas enseadas do Cabrito e dos Tainheiros.

Por sua vez, o Ribeira Azul abrange naquela Região Ferroviária 14 núcleos urbanos, inseridos em dez bairros. Além de intervenções implementadas diretamente na malha urbana da região assistida, ações no plano social têm sido levadas adiante, visando à reinserção sócio-ambiental daquela população carente. Como parte dos objetivos principais do Projeto, há a preocupação com a regularização fundiária, um dos sustentáculos do sucesso do referido Projeto, ao lado da criação e/ou melhoria de unidades habitacionais, haja vista a grande expectativa existente pelos moradores neste sentido.

---

<sup>4</sup> Recentemente, a equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano/Habitação da Prefeitura de Santo André/SP, que tem promovido intervenções urbanas em duas comunidades carentes locais, Sacadura Cabral e Capuava, já em duas gestões municipais do atual grupo político, atesta que foi de fundamental importância a participação da comunidade nas decisões ao longo das intervenções de melhorias do espaço daquelas comunidades, o que resultou na minimização de custos de várias ordens. Estas participações incluem confraternizações familiares entre grupos das comunidades com a presença de técnicos – arquitetos e engenheiros – da Prefeitura de Santo André. Responsáveis pelas obras de intervenção urbana.

Busca-se com o Ribeiro Azul, também, o resgate da auto-estima daquelas pessoas, até então não assistidas por políticas públicas desta envergadura, que possuem uma enorme carência quanto à utilização dos serviços de equipamentos públicos mais prementes e, por via de consequência, pretende-se regatar a importância de sua dignidade como cidadãos. Para isto várias frentes de atuação dos gestores, em parceria com a comunidade, vêm sendo desenvolvidas.

### **B.1.2 - Revitalização e controle ambiental**

Quanto à educação ambiental, por exemplo, cursos vêm sendo oferecidos à comunidade no intuito de promover novos hábitos, mais salutarres – despejo final correto do lixo, cuidado no uso e manutenção predial das unidades construídas, cuidado com a higiene pessoal e com doenças transmissíveis, etc. Um dos pilares do Projeto é a redução dos índices de contaminação da região e, para isto, deve ser mantido, por partes dos órgãos competentes – Centro de Recursos Ambientais/CRA da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/SEMARH, por exemplo –, um monitoramento – controle dos indicadores de salubridade do meio ambiente – permanente daquela área, haja vista que é de grande importância para o completo sucesso do Ribeira Azul a requalificação ambiental do espaço sob sua intervenção, que abriga, também, parte do entorno da Reserva Ecológica do São Bartolomeu.

### **B.1.3 - Sustentabilidade econômica e convivência familiar**

No aspecto da sustentabilidade econômica dos moradores, entidades de formação profissional, cooperativas e micro-empresas também têm sido criadas sob supervisão de equipes técnicas e do setor social do Ribeira Azul. Com isto é prioridade deste programa de intervenção urbana envolver a mão-de-obra local nestas ações com vistas a inseri-la em projetos que gerem salário e renda, atingindo um outro objetivo principal, que é o da redução da pobreza naquela área.

Outra importante atuação do Ribeira Azul entre a população local atendida pelo Projeto, intrinsecamente vinculada à questão da sustentabilidade econômica, refere-se àquela política mencionada anteriormente, de estimular modificação de posturas pessoais, algo que tem sido obtido também mediante o acompanhamento de famílias, com a participação das Associações de Moradores. Neste plano, estudos de monitoramento pelo setor social do Projeto apontam que houve acentuada redução em graves conflitos domésticos com minimização dos índices de violência e marginalidade naquela região. Convém lembrar que os jovens têm sido alvo de projetos do setor social para se ocuparem em atividades físicas e de lazer – esporte, leitura, dança, teatro, etc. – que estimulem o convívio entre os mesmos e demais moradores, elevando-se o sentido prático de cidadania, o que, por via de consequência, tende a colaborar na concepção da auto-estima de cada um e da coletividade em geral, potencializando a melhoria do teor de dignidade da moradia destas populações atingidas.

### **B.1.4 - Percalços no percurso**

Ao lado destas práticas que têm contribuído para alcançar os objetivos pretendidos do Projeto, tem-se, no entanto, pontos a serem mais bem administrados, a exemplo das inter-relações institucionais visando à otimização das ações.

Por conta da complexidade do contexto a ser trabalhado e pelo número de entidades institucionais que têm a ver com o Projeto, as respostas desejadas pelo público-alvo das ações nem sempre têm vindo na mesma proporção com que a dinâmica entre aquelas instituições se

processa. Este tem sido, é certo, um elo fraco do Projeto a ser revisto daqui para a frente. Deve-se atentar para que se evitem soluções de continuidade por morosidade nas soluções, ou por suspensão no andamento dos serviços em face da burocracia entre as instituições, pois, além de criar um clima de indisposição entre a população (não) atendida, pode-se, assim, estimular custos superiores aos da previsão inicial dos investimentos, ou, até mesmo, gerar retrabalho por conta de invalidação técnica de serviços inacabados e/ou comprometidos pela paralisação.<sup>5</sup>

Também, há queixas de parte da população-alvo do Projeto Ribeira Azul em relação à ampliação das unidades habitacionais - suas dimensões e configuração interna - e quanto à extensão das redes de serviços públicos oferecidos pelos gestores. Boa parte da população entende que os serviços e construções disponibilizados pelo Projeto deveriam ser ampliados quantitativa e qualitativamente para um número maior de moradores, sem levar em consideração que há uma natural contenção de verbas públicas destinadas para tais investimentos, algo que, diga-se de passagem, torna-se um dos nós de entrave que impedem um melhor atendimento do Ribeira Azul àquela comunidade.

No entanto, associada a estes três principais problemas, está a constatação de que a aceitação dos resultados positivos do Projeto, perante a população atendida, é algo que, paradoxalmente, reforça a reclamação por parte desta população com vistas à ampliação dos referidos serviços.

Por outro lado, um aspecto que tem de ser mais bem trabalhado junto à comunidade de Novos Alagados é a constatação de que a mesma, de certa forma por questões culturais impregnadas ao longo do tempo, grosso modo, nega-se a fazer qualquer (sua) correspondência monetária em contrapartida pelas melhorias e serviços conseguidos com as intervenções. Estudo indica que a taxa de inadimplência com relação às módicas prestações estabelecidas pelo Poder Público, referentes à aquisição das unidades habitacionais, é relativamente muito alta.<sup>6</sup>

Por tudo isto que o Ribeira Azul representa como projeto de intervenção em área degradada, o mesmo tem sido referência, já no âmbito internacional, como Programa de intervenção em áreas de natureza similar, suscitando estudos com vistas a se analisar sua metodologia, seus sucessos e incorreções a fim de extrair experiências deste gênero a serem disseminadas em outras regiões do Brasil e do Mundo.<sup>7</sup>

## C - O PROJETO REFAVELA

O Projeto de Pesquisa REFAVELA, sob coordenação geral da Universidade de São Paulo - USP - em parceria com as Universidades Católica do Salvador - UCSal, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMg, e com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRj, tem como objetivo principal a elaboração de um Manual para Qualificação de Assentamentos Urbanos Degradados com base em experiências de intervenções em áreas degradadas e habitadas por

---

<sup>5</sup> Ainda tomando por base a experiência da equipe técnica da Prefeitura de Santo André/SP (comunidade de Sacadura Cabral) foi constatado que houve solução de continuidade nos serviços de intervenção, por conta de injunções políticas entre grupos nas 3 últimas gestões daquele Município, o que acabou comprometendo parte das intervenções iniciais, provocando retrabalho em face da expansão desenfreada, não controlada pelas autoridades em determinado momento, de novos moradores naquela comunidade.

<sup>6</sup> Com base em Relatório interno da CONDER elaborado pela empresa de consultoria SANEAR sobre as intervenções do Ribeira Azul em Novos Alagados (CD-ROM).

<sup>7</sup> Entre as ferramentas atuais que os estudiosos deste campo do conhecimento têm à sua disposição e das quais não podem abrir mão, está a Internet que tem sido uma forte aliada, no que pese suas restrições de qualidade em certo sentido, na difusão de informações técnicas e soluções mundo afora apresentadas. Vide, por exemplo: <http://www.conder.ba.gov.br/>.

população de baixa renda. Em Salvador, adotou-se para a Pesquisa o espaço de Novos Alagados, cujo objeto se constitui nas intervenções urbanas do Projeto Ribeira Azul<sup>8</sup>.

Espera-se que, após esta pesquisa, esse Manual sirva como ferramenta em novas intervenções do gênero em regiões do Brasil, atentando-se para práticas que foram bem sucedidas e, portanto, devam ser reproduzidas, ressaltando-se as devidas especificidades de cada caso. Também, no mencionado Manual, dever-se-á levar em consideração soluções que não ficaram a contento e, naturalmente, devam ser evitadas.

A Metodologia para elaboração do Manual para Qualificação de Assentamentos Urbanos Degradados estruturar-se-á, basicamente, em três eixos, a saber: os dados gerais sócio-demográficos sobre a população de Novos Alagados, os dados específicos que servirão de base para a formulação do **Indicador de Salubridade Ambiental para Favelas – ISA/F**, e os custos da intervenção urbana pelo Ribeira Azul (ALMEIDA, 1999).

Com vistas à elaboração desse Manual, a equipe de pesquisa do REFVELA, em Salvador, está sendo municiada por informações e dados cadastrais da CONDER com base em suas intervenções em andamento pelo Ribeira Azul. Estas informações e dados estarão sendo confrontados, por amostragem, com a realidade diagnosticada em campo, de onde serão elaborados 14 **indicadores de salubridade ambiental** – de cobertura em abastecimento d'água, de cobertura de esgoto e tanques sépticos, de coleta de lixo, de drenagem, de vias de circulação, de segurança geológico-geotécnica, de densidade demográfica bruta, de energia elétrica, de regularização fundiária, de varrição, de iluminação pública, de espaço público, de renda e de educação – daquela região, os quais servirão de base para a formulação do ISA/F.

Uma outra importante atividade a ser desenvolvida no REFAVELA é a coleta de informações junto a empresas - construtoras – que atuaram e/ou atuam, prestando serviços nas intervenções urbanas do Ribeira Azul. Neste sentido, será aplicado oportunamente questionário, visando a uma melhor compreensão de aspectos construtivos – materiais e serviços - utilizados em Novos Alagados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que experiências como a do AISAM e a do Ribeira Azul, que ainda não estão consolidadas como intervenções-padrão deste tipo no Brasil, sejam meritorias de atenção e apoio para delas se obterem inteligentes e viáveis soluções de intervenções urbanas em áreas degradadas e habitadas por população de baixa renda. A não-consolidação no Brasil de experiências participativas e sistêmicas deve-se a vários fatores, dentre eles: à cultura arraigada de falta de participação da maioria da sociedade em interferir diretamente nas decisões referentes a programas e projetos de intervenções públicas; ao montante de verbas, normalmente alto para

---

<sup>8</sup> Este Projeto foi aprovado pela – Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (instituição concedente) no âmbito do Programa de Tecnologia de Habitação (HABITARE) do Ministério da Ciência e Tecnologia. O referido Projeto, que está sendo desenvolvido, em rede, desde o dia 1º de Março do corrente ano, com duração prevista de 18 (dezoito) meses, também conta com o apoio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, um dos intervenientes/co-financiadores do Projeto. Fazem parte da rede de pesquisa deste Projeto, também, as seguintes instituições: a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo – FUSP (instituição conveniente), a Prefeitura Municipal de Sabará/Mg, a *The Cities Alliance*, a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo – SEHAB (intervenientes/co-financiadoras), a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – EPUSP (executora). O responsável pela coordenação do REFAVELA, em Salvador, é o Prof. Marcos Jorge Almeida Santana, coordenador acadêmico da Escola de Engenharia, da UCSAL. O Projeto REFAVELA conta com uma equipe, em cada uma das capitais daquelas universidades, composta por 1 coordenador, 1 pesquisador e por um estagiário, estes dois últimos mantidos com financiamentos do Ministério das Cidades – Financiadora de Estudos e Projetos/FINEP.

investimentos desta natureza; e à natural complexidade, espacial-tecnológica, subjacente às mencionadas intervenções.

Acrescente-se, ainda, que, além da mentalidade tradicional vigente entre muitos gestores, há de se apontar como fator limitante da reprodução de modalidades daquele tipo de intervenção urbana em áreas degradadas, a enorme extensão de carências sociais, culturais e econômicas da população de mais baixa renda, que, via de regra, habita nas regiões mais inóspitas dos espaços urbanos brasileiros.

Deve-se atentar para que propostas e decisões, seja de que ordem for e de que instâncias tenham que vir, não se percam na morosidade da burocracia entre as entidades institucionais responsáveis pela execução dos serviços, muito menos que se alimentem, entre estas instituições, contendas estranhas aos interesses das coletividades a serem beneficiadas.

O Projeto REFAVELA vem de forma positiva contribuir, tanto no campo teórico, quanto no prático – tecnológico –, coletando dados e informações, analisando-os, refletindo sobre os mesmos, e propor as soluções mais adequadas, com base nas intervenções urbanas que vêm sendo feitas. Consta de sua metodologia de pesquisa levar em conta toda a complexidade – material e sociológica – inerente às demandas requeridas, nos múltiplos aspectos que cercam a habitabilidade das populações mais carentes, em áreas degradadas.

Por tudo isto e por conta dos relativos baixos custos, em face de outros tipos de obtenção de soluções para os problemas dessa natureza, novas propostas de pesquisa, como a do REFAVELA, devem ser melhor observadas e apoiadas pelas entidades públicas e privadas, não somente no âmbito das instituições de ensino. Que mais verbas possam ser alocadas para tais projetos de pesquisa, bem como para as intervenções urbanas para as quais as referidas pesquisas apontam, a fim de que as populações mais carentes possam ser beneficiadas e ter elevado o teor de dignidade em suas vidas, não somente via moradia.

## REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya et alii. **Engineering of Infrastructure in Informal Urban Areas**. São Paulo: USP/Banco Mundial – BIRD. set. 2003 (Relatório). (mimeo).

ABIKO, Alex Kenya e ORNSTEIN, Sheila Walbe (edit.). **Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da habitação de interesse social**. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP). v. 1.

ABIKO, Alex Kenya. **Recuperação de assentamentos degradados: um enfoque sistêmico**. São Paulo: USP. s/d, mimeo.

ALMEIDA, M. A. P. **Indicadores de Salubridade Ambiental em Favelas Urbanizadas. O caso de favelas em áreas de proteção ambiental**. Tese (doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil. 1999.

FUNKE, Katherine. Habitação é Desafio. **A Tarde**, Salvador, 12 de jun. 2005. Caderno Local, p. 3.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e AZEVEDO, Sérgio de (org.) **A crise da moradia nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: Editora UFRj, 1996.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e LAGO, Luciana Corrêa do (orgs.). **Acumulação urbana e a cidade**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRj, 1992.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Estatuto da Cidade**: a cidade para todos. Salvador: UCSal, 2002.